

Operação Lei Seca completa 14 anos em Rondônia com mais de 302 mil abordagens

Rondônia completou, nesta semana, 14 anos de atuação contínua da Operação Lei Seca, coordenada pelo governo do estado como política permanente de enfrentamento à condução sob efeito de álcool. Desde o início das ações, em 2 de março de 2012, a iniciativa tem fortalecido a segurança viária, ampliado a fiscalização e contribuído diretamente para a preservação de vidas no trânsito em todo o estado.

Página 05



Empreendedorismo inovador ganha força com o Startup Day 2026 em Rondônia Página 07

A Gazeta

de Rondônia

32 Anos

agazetaderondonia.com.br



Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII – Nº 4982 - Rondônia, sexta-feira, 06 de Março de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R\$ 1,50 - outros estados R\$ 3,00

Taxa de informalidade cai no mercado de trabalho, mostra IBGE

Informalidade vem em queda desde 2022, com aceleração a partir de 2023 Página 04

2

Deputados debatem impactos de privatização da BR-364



Foto: Divulgação

3

Regra para funcionamento de farmácia dentro de supermercado vai à sanção



Foto: Divulgação

Versão Digital
agazetaderondonia.com.br

Deputados debatem impactos de privatização da BR-364

O valor do pedágio e a falta de investimentos na rodovia, como local de descanso para caminhoneiros, foram os principais pontos abordados pelo deputado estadual Cirone Deiró (União Brasil), durante a audiência pública realizada nesta segunda-feira (2), na Assembleia Legislativa. A reunião foi proposta pelo deputado Alan Queiroz e teve o apoio de todos os parlamentares. O objetivo foi discutir os reflexos da concessão da BR-364 para a população rondoniense e os demais usuários da rodovia.

Cirone afirmou que cinco anos atrás já cobrava mais transparência no

processo de privatização da rodovia. Segundo ele, os representantes da população não foram chamados para discutir o assunto. O deputado deixou claro que não é contra a privatização, mas que não concorda com o modelo utilizado no processo de concessão. Ele questionou principalmente os valores dos pedágios e a falta de investimentos básicos, como área de descanso para caminhoneiros.

O deputado defendeu a união da classe política, para que o modelo de concessão seja revisto. “Da forma que está, tanto os usuários, quanto a população em geral serão prejudicados”, afirmou.



Representantes da audiência. O encontro contou também com a presença de representantes do Ministério Público, outros autoridades. Concessionária Nova 364 e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) participaram da audiência. O encontro contou também com a presença de representantes do Ministério Público, outros autoridades.

Texto: Eli Batista |

Jornalista

Thyago Lorentz | Secom

ALE/RO

Governador concede Ordem do Mérito Marechal Rondon ao deputado Cássio Gois



O governador de Rondônia, Marcos Rocha (União Brasil) concedeu ao deputado estadual Cássio Gois (PSD) a comenda da Ordem do Mérito Marechal Rondon, considerada a mais alta honraria do estado. A entrega ocorreu na tarde de segunda-feira (2), em solenidade realizada no Teatro Palácio das Artes, em Porto Velho.

A condecoração reconhece os relevantes serviços prestados pelo parlamentar ao desenvolvimento de Rondônia. A honraria é destinada a personalidades e instituições que se destacam pela notoriedade do saber ou por ações significativas em benefício da população rondoniense.

A medalha leva o nome do sergista Cândido Mariano da Silva Rondon, símbolo da integração nacional na Amazônia, e é concedida por decreto do chefe do Poder Executivo estadual.

A cerimônia contou com a pre-

sença de autoridades civis e militares, além de integrantes da Polícia Militar de Rondônia.

Ao receber a honraria, Cássio Gois agradeceu ao governador pelo reconhecimento e destacou o compromisso com o desenvolvimento do estado.

“Recebo esta comenda com gratidão e senso de responsabilidade. Seguimos trabalhando pelo desenvolvimento de Rondônia e pelo fortalecimento das políticas públicas que beneficiam a população”, afirmou.

A solenidade reforçou o caráter institucional da Ordem do Mérito Marechal Rondon, distinção concedida pelo governo do estado a personalidades que contribuem para o crescimento e a valorização de Rondônia.

Texto: Ana Hack | Assessoria Parlamentar

Foto: Ítalo Narovi | AssessoriaParlamentar



Regra para funcionamento de farmácia dentro de supermercado vai à sanção

Proposto pelo Senado, o projeto de lei que estabelece critérios para o funcionamento de farmácias dentro de supermercados foi aprovado pela Câmara dos Deputados na segunda-feira (2) e agora segue para sanção presidencial.

O PL 2.158/2023, do senador Efraim Filho (União-PB), autoriza a instalação de farmácia ou drogaria na área de venda de supermercados, desde que em ambiente físico delimitado, segregado e exclusivo para a atividade farmacêutica. Os medicamentos não estarão diretamente nas gôndolas.

Em entrevista à Agência

Senado, Efraim Filho ressaltou a importância da iniciativa.

— Remédios mais baratos e com acesso seguro facilitado, esse sempre foi o foco do nosso projeto. Fico feliz que ele tramitou na Câmara com celeridade. Agora é esperar a sanção do presidente — afirmou.

Crerios

O projeto proíbe a oferta de medicamentos em áreas abertas, comunicáveis ou sem separação funcional completa, como bancadas, estandes ou gôndolas externas ao espaço da farmácia ou drogaria.

As atividades estarão

sujeitas, como as farmácias convencionais, às regras da legislação sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas e da vigilância sanitária de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos.

Além de ambiente físico exclusivo e separado, a farmácia deverá ter estrutura condizente com as exigências legais e sanitárias, inclusive para armazenagem, rastreabilidade, dispensação e assistência farmacêutica. Também são exigências:

presença de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento;

medicamentos sujeitos

a controle especial deverão ser pagos antes da entrega ou transportados em embalagens lacradas até o caixa;

proibição de venda em bancadas ou gôndolas fora da área da farmácia; e

permissão para uso de canais digitais para entrega, desde que respeitadas as normas sanitárias.

Aprovação no Senado

No Senado, o projeto foi aprovado em decisão final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em setembro de 2025, sob a relatoria do senador Humberto Costa (PT-PE). Antes da aprovação, a proposta foi debatida em três audiências públicas ao

longo de 2025.

Os debates contaram com a participação de representantes do Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico, Federação Nacional dos Farmacêuticos, Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Conselho Federal de Farmácia (CFF), Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), Associação Brasileira dos Atacarejos, advogados e economistas, entre outros especialistas.

Com Agência Câmara
Fonte: Agência Senado

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE

José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO

Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO

Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias

CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878

Inscrição Estadual: 00000033993213

SEDE

Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO

Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME

BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais,
editais, licenças ambientais e outros:
editlagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br



Filiado a:



Associação dos Jornais
Diários Impressos do
Estado de Rondônia

Taxa de informalidade cai no mercado de trabalho, mostra IBGE

A taxa de informalidade atingiu no trimestre de novembro de 2025 a janeiro de 2026 o menor patamar desde o trimestre encerrado em julho de 2020, registrando 37,5%, o que representa 38,5 milhões de trabalhadores informais.

No trimestre móvel anterior, tinha registrado 37,8%, e no mesmo trimestre de 2024, 38,4%.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (Pnad Contínua) divulgados nesta quinta-feira (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A coordenadora da Pnad Contínua, Adriana Beringuy, disse que a informalidade vem em queda desde 2022, com aceleração da trajetória a partir de 2023.

A explicação para a queda nesse trimestre, segundo a coordenadora, é a associação da retração da taxa com a tendência de queda do emprego sem carteira no setor privado, além da expansão da cobertura de registro no CNPJ dos trabalhadores por conta própria.

Embora tenha ressaltado que em 2020 a informalidade registrou queda significativa por causa da pandemia, porque as pessoas pararam de trabalhar, Adriana Beringuy avalia que o momento atual é o de melhor qualidade do emprego existente em toda a série do IBGE.

“Se eu tirar a observação da pandemia, sim [esse], é o menor indicador de taxa de informalidade da série comparada”, disse durante entrevista para a apresentação dos dados.

O menor patamar da informalidade no emprego foi em junho de 2020, de 36,6%.

De acordo com Adriana Beringuy, a retração mais importante foi o segmento dos sem carteira de trabalho.



Atualmente a população ocupada do mercado de trabalho brasileiro segue estável como um todo, e seu ramo informal, embora também estável, visto que não chega a ter uma variação tão intensa, reduz um pouco mais.

Na avaliação da coordenadora, esse comportamento vai refletir mais adiante na elevação do rendimento do trabalhador.

“Essa composição tem permitido uma manutenção do rendimento do trabalhador em patamar mais elevado, justamente porque além de preservar quantitativamente os ganhos observados em 2025, entra no ano de 2026 com uma composição que assegura a manutenção do rendimento do trabalho que ficou em R\$ 3.652”, explicou.

Conforme a pesquisa, o rendimento real habitual de todos os trabalhos chegou a R\$ 3.652, o mais alto da série, com aumento de 2,8% no trimestre de novembro de 2025 a janeiro de 2026, e de 5,4% na comparação

anual.

Carteira assinada

O número de empregados no setor privado com carteira assinada, que exclui trabalhadores domésticos, ficou em 39,4 milhões, o que significa estabilidade no trimestre e avanço no ano de 2,1%, ou seja, mais 800 mil pessoas com carteira assinada.

Também ficou estável tanto no trimestre quanto no ano o total de empregados sem carteira no setor privado, que chegou a 13,4 milhões.

A estabilidade no trimestre está presente também no contingente de trabalhadores por conta própria, com 26,2 milhões, mas na comparação anual avançou 3,7%, ou mais 927 mil pessoas.

O número de trabalhadores domésticos (5,5 milhões) também ficou estável no trimestre, no entanto, apresentou recuo de 4,5% no ano, com menos 257 mil pessoas.

Para a coordenadora do Pnad, os indicadores são

bastante coerentes, e as grandes formas de inserção na ocupação, seja com carteira de trabalho, sem carteira e por conta própria, operam na estabilidade, apesar de estarem em alta na comparação anual.

“Dado que a população ocupada agora é muito maior do que há um ano, todas essas formas de inserção no confronto anual se mostram crescentes significativamente”, disse.

Grupamento

Entre os grupamentos de atividade, frente ao trimestre anterior, houve aumento de 2,8% no total de ocupados nos segmentos de Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas, ou seja, mais 365 mil pessoas e de 3,5% em Outros Serviços, ou mais 185 mil pessoas.

A indústria geral ficou em sentido contrário e apresentou recuo de 2,3%, menos 305 mil pessoas.

Na comparação anual, avançaram os grupamentos de Informação, Comunica-

ção e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas com 4,4% ou mais 561 mil pessoas.

O grupamento Administração pública, Defesa, Seguridade Social, Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais subiu 6,2%, ou mais 1,1 milhão de pessoas.

O grupamento de Serviços Domésticos registrou queda de 4,2%, ou menos 243 mil pessoas.

Pesquisa

De acordo com o IBGE, a Pnad Contínua é a principal pesquisa sobre a força de trabalho do Brasil, e abrange 211 mil domicílios espalhados por 3.500 municípios visitados a cada trimestre.

Cerca de 2 mil entrevistadores trabalham nessa pesquisa, integrados às mais de 500 agências do IBGE em todo o país.

A partir de 17 de março de 2020, por causa da pandemia da covid-19, o IBGE adotou a coleta de informações da pesquisa por telefone. Em julho de 2021, voltou à forma presencial.

Fonte: Agência Brasil

Operação Lei Seca completa 14 anos em Rondônia com mais de 302 mil abordagens

Rondônia completou, nesta semana, 14 anos de atuação contínua da Operação Lei Seca, coordenada pelo governo do estado como política permanente de enfrentamento à condução sob efeito de álcool. Desde o início das ações, em 2 de março de 2012, a iniciativa tem fortalecido a segurança viária, ampliado a fiscalização e contribuído diretamente para a preservação de vidas no trânsito em todo o estado.

Desenvolvida pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RO), através da Diretoria Técnica de Fiscalização e Ações de Trânsito (DTFAT), com apoio de secretarias municipais de trânsito e de forças de segurança pública, ao longo de 14 anos, as equipes realizaram 4.914 operações nos municípios do estado, alcançando mais de 302 mil abordagens e promovendo ações integradas de segurança pública.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, a Operação Lei Seca consolidou-se como uma das principais estratégias de fiscalização e prevenção de sinistros relacionados ao consumo de álcool. "O objetivo é proteger vidas e fortalecer uma cultura de responsabilidade no trânsito. A Operação Lei Seca é uma política que salva famílias e reforça a missão no cumprimento da lei para que essas sejam respeitadas," ressaltou.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

De 2012 a 2025, foram registrados 32.148 autos de infração por embriaguez ao volante em Rondônia. No mesmo período, 50.969 veículos foram removidos durante as fiscalizações realizadas.

Os dados mostram a evolução das ações ao longo dos anos, com ampliação do número de operações e fortalecimento da presença fisca-



lizatória. Somente em 2025, foram realizadas 337 operações, que resultaram em 54.719 abordagens e 4.397 autuações por embriaguez.

Segundo o diretor-geral do Detran-RO, Sandro Rocha, os números refletem a consolidação de um trabalho técnico e estruturado. "A Operação Lei Seca atua com planejamento estratégico, análise de dados e integração entre as forças de segurança. O objetivo é reduzir riscos, aumentar a percepção de fiscalização e promover um trânsito mais seguro e responsável, salvando vidas. A Lei Seca existe para retirar motoristas embriagados das ruas, uma vez que eles podem causar tragédias, que podem destruir famílias".

POLÍTICA PÚBLICA

A Lei Seca passou a vigorar no Brasil em 19 de junho de 2008, por meio da Lei Federal nº 11.705, que endureceu as penalidades para condutores flagrados dirigindo sob influência de álcool. A partir dessa legislação, os estados passaram a estruturar operações específicas de fiscalização.

Em Rondônia, a Operação Lei Seca tornou-se referência ao longo dos anos, com resultados na redução

de óbitos já nos primeiros anos de implementação. Em 2013, segundo ano da operação no estado, houve redução de 19% nas mortes em sinistros, na comparação com o ano anterior.

AVANÇOS

Ao longo de 14 anos, o Detran-RO promoveu avanços estruturais e tecnológicos para fortalecer as ações da Operação Lei Seca. Entre as principais iniciativas estão a criação das Regionais de Fiscalização de Trânsito, com equipes próprias; a implantação do talonário eletrônico, que otimiza o trabalho dos agentes; a aquisição do etilômetro Alcolizer LE5, considerado um dos mais modernos do mercado; e o uso da tecnologia OCR para identificação de veículos com restrição de furto, roubo ou determinação judicial.

De acordo com o diretor da DTFAT, Welton Roney as operações também resultaram na recuperação de veículos roubados, apreensão de automóveis com ordem de busca e apreensão, recolhimento de armas de fogo irregulares e até mesmo a recaptura de foragidos da Justiça. Tudo isso beneficia e protege o cidadão de bem.

QUESTÃO DE SAÚDE

Ao se coibir e retirar mo-

toristas embriagados das ruas, evita-se que novos sinistros ocorram em decorrência da irresponsabilidade de condutores que bebem e dirigem. Quando não há esse tipo de ocorrência, evita-se, também, que pacientes com traumas cheguem aos pronto-atendimentos, colaborando para que não haja superlotação das unidades médicas.

A ingestão de bebida alcoólica prejudica o tempo de reação do condutor; atua como um depressor do sistema nervoso, prejudicando a comunicação cerebral e dificultando a coordenação motora. Também reduz a visão periférica, o equilíbrio, diminui a noção de distância e velocidade e interfere diretamente na consciência e responsabilidade dos condutores.

PENALIDADES

Beber e dirigir é uma infração gravíssima e um crime de trânsito no Brasil, sujeito a penalidades severas que incluem multa pesada, suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e, em certos casos, prisão. A legislação brasileira adota a política de tolerância zero para o consumo de álcool por motoristas.

A concentração de álco-

ol em até 33 mg/L no teste do bafômetro (etilômetro) resulta em penalidades administrativas, como multa de R\$ 2.934,70. Se o nível de álcool no bafômetro for igual ou superior a 0,34 mg/L, o condutor responderá criminalmente, sendo encaminhado à delegacia, podendo, inclusive, ser preso. Além disso, também pode ocorrer a retenção do veículo, a suspensão da CNH e do direito de dirigir por 12 meses. A recusa do teste do bafômetro acarreta as mesmas penalidades administrativas de quem é flagrado dirigindo sob efeito de bebida alcoólica.

Já a embriaguez ao volante que resultar em morte pode ser tratada como homicídio culposo (sem intenção de matar), conforme o Artigo 302 do CTB, com pena de 5 a 8 anos de prisão. Contudo, pode ser reclassificada para homicídio doloso (dolo eventual) se ficar provado que o condutor assumiu o risco de produzir o resultado, segundo análise das circunstâncias do caso concreto.

Texto: Renan Cividati

Fotos: Jarlana Davy e Eleni Caetano

Secom - Governo de Rondônia

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
LEI DE CRIAÇÃO Nº372 13/02/92
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO SRP Nº 002/PMMA/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143/SEMED/2026

A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, torna público que se encontra instaurada a licitação, do tipo menor preço por item, a ser realizada no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito. Início da sessão: 19 de março de 2026, às 09h00min. (Brasília). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS. O VALOR ESTIMADO: R\$ 644.466,63 (Seiscentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos). Informações pelo telefone 069-3448-2361 ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br; <https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>
 Ministro Andreazza/RO, 05 de março de 2025.
Cleider de Camargo
 Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI - RO
2º AVISO DE PRORROGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. 002/2026/SML/PMCJ/RO
PROCESSO N. 0001008.02.01-2025

A prefeitura municipal através da SML, tonar publico aos interessados, de acordo com a Lei 14.133/21, que realizará licitação de forma ELETRÔNICA, com método de disputa ABERTO, por MENOR PREÇO por LOTE: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futuro e eventual fornecimento de material permanente e consumo (EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA E CONGÊNEROS) para atendimento a Prefeitura Municipal por período estimado de 12 (doze) meses. Valor Total Estimado R\$ 3.571.971,59. Fica PRORROGADO O PRAZO da data de Abertura para o dia: 24 de Março de 2026 as 10h00m. (DF) – Em virtude de Adendo Modificador Nº 001/2026. Local para retirada do edital e Endereço Eletrônico: <https://www.licitanet.com.br>; portal transparência da Prefeitura Municipal e PNCP, qualquer dúvida pode ser feita através do e-mail cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br. - Candeias de Jamari – RO, 05 de Março de 2026.
RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
 Pregoeira – SML/PMCJ/RO
 Portaria n. 664/2026

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ
Superintendência de Licitações e Contratos
ADENDO MODIFICADOR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4277/CHEF-GAB/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/PMNM/2026 SRP. 04

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ/RO, torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que por interesse da Administração, houve uma Modificação referente ao Processo Licitatório nº 4277/2025, Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, publicado em 25 de fevereiro de 2026 no Diário Oficial dos municípios do Estado de Rondônia – AROM ANO XVII | Nº 4179 Página 80, no qual foi publicado o objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição de bens do tipo veículos automotores, zero quilômetro, destinados ao atendimento das diversas demandas dos órgãos da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré.
 Onde se lê:
 ANO/MODELO 2024/2025
 Leia-se:
 ANO/MODELO, compatível com o ano vigente à entrega do veículo.
 Tal modificação se deu por conta de um erro material em relação ao ano dos veículos a serem adquiridos. Vale informar que o erro material foi apenas no ato da inserção do item no anexo ao Termo de Referência. Mas a cotação dos preços foi realizada em cima do ano correto do veículo a ser adquirido. Dessa forma, não houve prejuízo de valor.
 A abertura do certame fica redesignada para a data 20/03/2026 às 10:00h (Horário de Brasília). Ficam mantidas as demais disposições do referido Edital.
 Nova Mamoré - RO, 05 de março de 2026.
SILVIO FERNANDES VILLAR
 Superintendente de Licitações/NM

A VIDA DE QUEM PRECISA NÃO PODE ESPERAR

Seja um doador de sangue e de medula óssea.
 Você tem em suas mãos a oportunidade de salvar vidas.

DOE SANGUE E MEDULA ÓSSEA



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026
PROCESSO Nº 480/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO COM FOCO EM ACESSIBILIDADE E PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO (PPCIP) DA E.M.E.I.F. ÂNGELA MARIA DA MATA, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Comunicamos aos interessados na Concorrência supracitada, publicado nos jornais: A Gazeta de Rondônia, Diário Oficial do Município de Cacoal/DIOC e Diário Oficial do Estado/DOE, sites www.cacoal.ro.gov.br, <http://www.licitanet.com.br> e <https://pnpc.gov.br>, que encontra-se REVOGADO, conforme solicitação da Pasta Gestora anexo aos autos, em conformidade com a Lei Nº 14.133/2021, art. 71 inciso II. Maiores informações na SUPEL 3443-8027, das 07h30 às 13h30 ou nos sites www.cacoal.ro.gov.br e <http://www.licitanet.com.br>. Cacoal – RO, 03 de março de 2026.
Marcia Antunes de Oliveira
 Secretária Municipal de Educação - SEMED
 Decreto nº. 10.238/PMC/2025

A Gazeta de Rondônia

32 Anos
LIGUE
3311-3714

**Divulgação de Editais,
 Pedidos de Licença Ambiental
 e outras Publicações Legais**

MPRO
 Ministério Público do Estado de Rondônia
 em defesa da sociedade

SECRETARIA-GERAL
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

O Ministério Público do Estado de Rondônia, doravante denominado MPRO, comunica aos interessados que realizará licitação, autorizada pelo Processo Administrativo nº 19.25.110001249.0003610/2025-62 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo de licitação MENOR PREÇO, com itens de AMPLA PARTICIPAÇÃO, garantidas as prerrogativas de tratamento diferenciado a ME e EPP, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006, Leis Federais nº 14.133/2021 e 12.846/2013, bem como, pela Lei Estadual nº 2.414/2011, pela Resolução nº 22/2023-PGJ, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, subsidiariamente pelo Decreto Estadual nº 28.874/2024, no que couber, e desde que haja compatibilidade e ausência de norma conflitante do próprio MPRO e legislações pertinentes, bem como pelas condições constantes no Processo Licitatório nº 53/2025, modalidade de Pregão Eletrônico nº 90046/2026, do Edital e seus respectivos anexos, que dele fazem parte integrante, tendo como objeto a formação de registro de preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de Serviço de acesso à Internet via satélite de baixa órbita (LEO), incluindo equipamentos em regime de comodato, visando atender as necessidades do MPRO.
ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS
 Período: 06.03.2026 a 23.03.2026.
 Horário: até as 9h30 do dia 23.03.2026 (horário de Brasília – DF).
 Local: site eletrônico Compras.gov.br.
 Unidade Compradora (UASG): 925040
ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E SESSÃO DE DISPUTA
 Data: 23.03.2026
 Horário: às 9h30 (horário de Brasília – DF)
 O Edital estará disponível para consulta através dos seguintes endereços eletrônicos: Compras.gov.br e www.mpro.mp.br e poderá ser solicitado ao Ministério Público do Estado de Rondônia, conforme o seguinte endereço eletrônico e telefones:
 Dias: segunda a sexta-feira, em dias úteis.
 Horário: de 8h as 15h (horário de Brasília – DF).
 Local: Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Jamari, nº 1555, bairro Olaria, CEP 76.801-917, Porto Velho/RO, sala da Comissão Permanente de Licitação, Torre II, 2º andar.
 Fones: (0xx69) 3216-3853/3216-3974/3216-3969.
 E-mail: selic@mpro.mp.br
 Porto Velho, 06 de março de 2026.
Edmar Cabral Lima Junior
 Agente de Contratação

Versão Digital
agazetaderondonia.com.br

Empreendedorismo inovador ganha força com o Startup Day 2026 em Rondônia

O Startup Day 2026 já tem data para transformar o cenário da inovação em Rondônia. No dia 21 de março de 2026, empreendedores, estudantes, investidores e entusiastas da tecnologia se reúnem em uma programação pensada para conectar ideias, fortalecer competências e incentivar o surgimento de novos negócios inovadores.

Realizado pelo Sebrae em Rondônia, o evento acontece de forma simultânea em diversos municípios, ampliando o alcance da cultura empreendedora e consolidando a inovação como estratégia de desenvolvimento em todas as regiões do estado. A proposta é criar um ambiente colaborativo, onde projetos ganhem visibilidade, orientação qualificada e oportunidades concretas de crescimento.

Ao promover a integração entre diferentes atores do ecossistema, o Startup



Day estimula a troca de experiências entre quem já atua no mercado e quem está começando fortalecendo a rede de apoio às startups locais. O evento também amplia o acesso ao conhecimento e aproxima os participantes de tendências e práticas do universo da inovação.

As inscrições já estão

abertas para os oito municípios participantes em Rondônia: Porto Velho, Ariquemes, Jaru, São Miguel do Guaporé, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena. A realização em múltiplas cidades reafirma o compromisso com a descentralização da inovação, contribuindo para o fortalecimento de polos regionais e para a formação

de uma rede integrada de startups no estado.

Com o Startup Day 2026, Rondônia avança na consolidação de um ambiente favorável ao empreendedorismo inovador, conectando talentos e impulsionando soluções capazes de gerar impacto econômico e social em todo o território estadual.

Mais informações sobre as ações do Sebrae em Rondônia podem ser encontradas no site www.sebrae.ro ou pelo telefone gratuito 0800 570 0800. Também é possível acessar a loja virtual em sebrae.ro/loja e acompanhar as novidades pelas redes sociais: Instagram, TikTok, Facebook, LinkedIn e YouTube (@sebraero).

Caixa: carteira de crédito chegará a R\$ 1,5 trilhão neste ano

A carteira de crédito da Caixa Econômica Federal deve atingir R\$ 1,5 trilhão neste ano, o que deve ocorrer ainda no primeiro semestre deste ano, estimou hoje (05) o presidente da Caixa, Carlos Vieira, em entrevista coletiva realizada na capital paulista.

“Vai chegar a R\$ 1,5 trilhão, vamos comemorar esse número certamente ainda no primeiro semestre”, afirmou, ao comentar o desempenho da instituição em 2025.

No ano passado, a Caixa somou R\$ 1,38 trilhão em sua carteira de crédito, uma expansão de 11,5% em relação ao ano de 2024.

Os principais destaques foram o financiamento imobiliário, que cresceu 13%, o crédito comercial a pessoas jurídicas (14,2%) e o crédito

comercial a pessoas físicas (13,4%). Para este ano, o banco disse esperar uma expansão entre 9% e 13% para sua carteira de crédito.

No ano passado, a Caixa Econômica Federal, registrou lucro líquido recorrente recorde de R\$ 15,5 bilhões, desempenho 10,4% superior ao apurado no ano anterior.

BRB

Durante a entrevista, o presidente da Caixa falou sobre a possibilidade do banco adquirir ativos do Banco de Brasília (BRB).

“A Caixa olha para toda essa situação como um banco qualquer de mercado, que se tiver alguma carteira que interesse, vai discutir.”

Na última terça-feira, a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou um projeto de capitalização do banco estatal de Brasília

para cobrir prejuízos relacionados às operações com o Banco Master, alvo de liquidação extrajudicial pelo Banco Central.

O projeto autoriza o DF a capitalizar o banco e a contratar empréstimo de até R\$ 6,6 bilhões com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ou com outras instituições financeiras.

Além disso, permite oferecer nove imóveis públicos para venda, transferência ao banco ou estruturação em fundo imobiliário.

Fundo Garantidor

Em fevereiro, o conselho do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) aprovou um plano emergencial para recompor o caixa após o impacto financeiro provocado pela liquidação do Banco Master. A medida foi tomada para que o fundo, que é mantido

pelas instituições financeiras para cobrir eventuais quebras e liquidações, tenha liquidez compatível com os riscos do sistema financeiro.

Questionada sobre o tema, a diretoria da Caixa informou que não prevê que a recomposição do patrimônio do FGC possa trazer impactos sobre o seu balanço.

“Estamos fazendo conta, mas não temos expectativa de que isso venha impactar o balanço a partir da resolução do Banco Central, que permitiu acessar os compulsórios”, disse Marcos Brasiliano, vice-presidente financeiro da Caixa.

Agro

O vice-presidente financeiro comentou ainda sobre a inadimplência do setor do agronegócio, que chegou a 14,09% no último trimestre do ano passado.

Brasiliano disse que este é um problema que tem sido enfrentado por todo o mercado. O governo inclusive aprovou uma linha de crédito no ano passado para liberar R\$ 12 bilhões para produtores rurais liquidarem ou amortizarem suas dívidas.

Segundo Henriete Sartori, vice-presidente de risco, a estratégia do banco é manter a carteira do agro perto do patamar atual, de R\$ 62,9 bilhões. A executiva ainda acrescentou que a expectativa da Caixa é de que agora comece a ocorrer uma certa estabilização na inadimplência do setor.

“No primeiro trimestre a gente espera observar um platô, até porque temos as safras”, disse Henriete.

Fonte: Agência Brasil

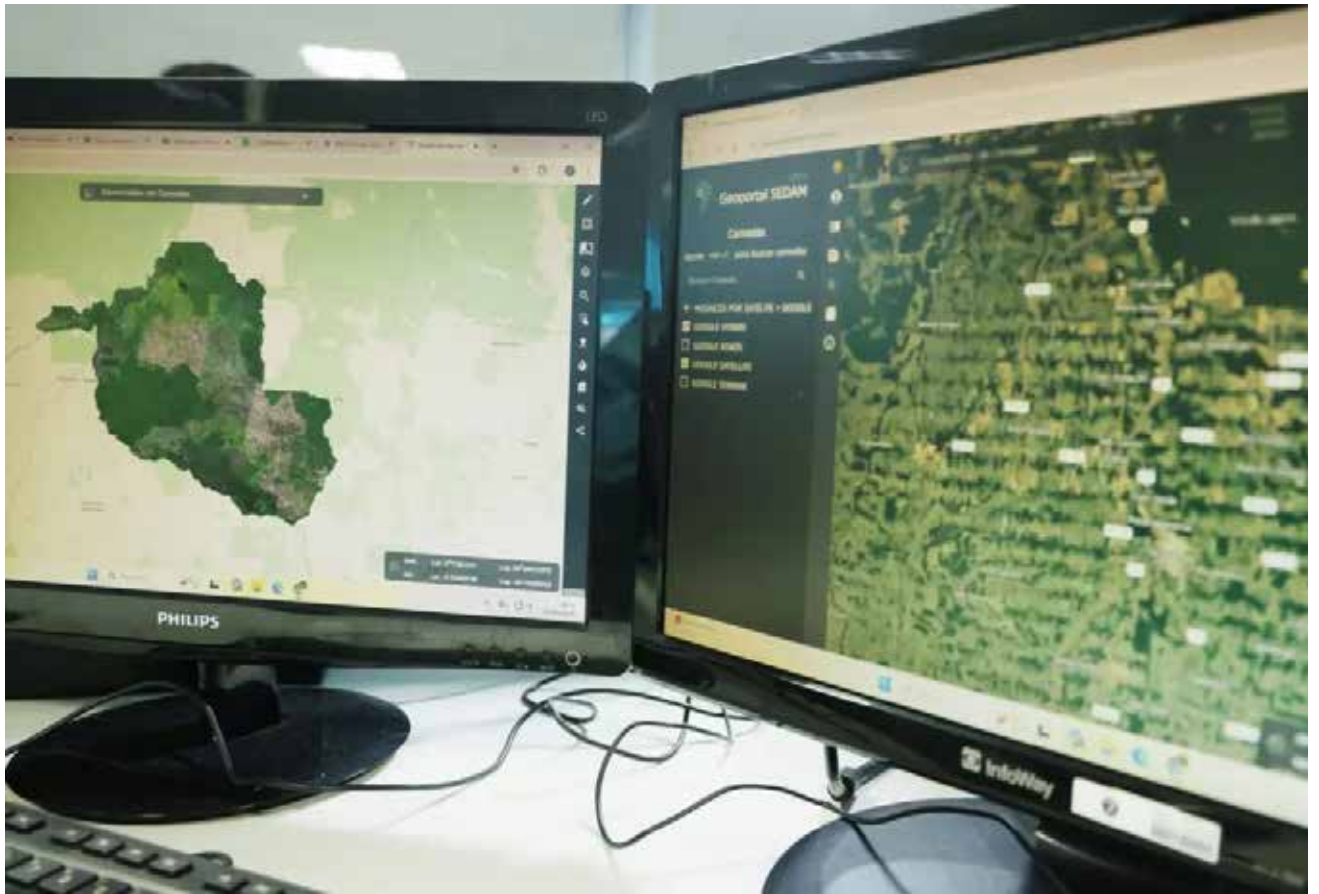
Rondônia e Acre avançam em Acordo de Cooperação Técnica para modernizar gestão ambiental

Representantes do governo de Rondônia e do Acre estão reunidos, entre os dias 3 e 6 de março, para alinhar os termos de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) voltado à implantação de um Portal da Transparência Ambiental e de um Geoportal no estado acreano. A iniciativa prevê a utilização da tecnologia desenvolvida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) para fortalecer a gestão ambiental, ampliar a transparência das ações públicas e aprimorar o planejamento territorial.

O sistema deverá atender a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (Sema), o Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac) e o Corpo de Bombeiros Militar do Acre (CBMAC), com participação da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) no processo de alinhamento técnico.

ACORDO DE COOPERAÇÃO

Durante uma das reuniões, foram discutidos os pontos centrais do ACT, entre eles a disponibilização da solução tecnológica utilizada pela Sedam, incluindo o Portal da Transparência Ambiental, além da capacitação das equipes técnicas do Acre para garantir autonomia na operação e manutenção da plataforma. O acordo também prevê suporte técnico inicial para implantação do sistema e desenvolvimento de melhorias conjuntas, promovendo



a integração de informações ambientais e geoespaciais, com foco no fomento à pesquisa científica e no fortalecimento de políticas públicas regionais.

A cooperação reforça o compromisso de ambos os estados com o desenvolvimento sustentável e com o fortalecimento do controle social sobre as ações ambientais. O ACT terá vigência inicial de dois anos, podendo ser prorrogado conforme interesse das partes.

GESTÃO AMBIENTAL

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, o Acordo de Cooperação Técnica representa um avanço

estratégico para o fortalecimento da gestão ambiental e da integração regional. “Essa parceria demonstra que, quando unimos tecnologia, planejamento e cooperação entre estados, conseguimos oferecer respostas mais eficientes à sociedade, garantindo mais transparência, segurança jurídica e proteção ao meio ambiente”, destacou.

A coordenadora da CTI, Renata Luz, destacou que o Acordo é um avanço significativo na modernização dos sistemas ambientais e na integração de bases de dados entre os estados. “Estamos tratando da transferência de

uma solução já consolidada, com arquitetura estruturada, banco de dados geoespacial e ferramentas de visualização que garantem maior rastreabilidade das informações ambientais. Além da implantação da plataforma, o ACT prevê capacitação técnica para assegurar autonomia operacional, segurança da informação e evolução contínua do sistema, fortalecendo a governança e a gestão estratégica dos dados ambientais”, afirmou.

O secretário da Sedam, Marco Antonio Lagos, enfatiza que a cooperação entre Rondônia e Acre demonstra a importância da união entre

os estados da Região Norte para o fortalecimento das políticas ambientais e o desenvolvimento sustentável integrado. “Quando os estados compartilham tecnologia, conhecimento técnico e experiências, todos avançam. Este acordo amplia nossa capacidade de gestão, fortalece a transparência e cria uma base sólida de informações para decisões mais estratégicas, beneficiando não apenas Rondônia e Acre, mas toda a região amazônica”, ressaltou.

Texto: Jorge Fernando

Fotos: Jorge Fernando

Secom - Governo de Rondônia

AMATUR



+de 20
destinos
pela Amazônia

Compre sua passagem on-line
www.amatur.com.br

**Viaje mais,
viaje de Amatur!**